



VIRUS

30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS PRÁXIS INTERLOCUÇÕES CONFRONTAÇÕES

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH
REVISTA . JOURNAL
ISSN 2175-974X
CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS
[HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS](https://revistas.usp.br/virus)
DEZEMBRO 2025

IAU USP

NOMADS USP
USP

VI30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

EDITORIAL

- 001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

ENTREVISTA

- 005 O Povo Negro e um diálogo silenciado de quinhentos anos
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

Ágora

- 014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA
- 024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP
- 042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION
JORDAN FRASER EMERY
- 063 AUTORIA DESCONHECIDA
AUTHOR UNKNOWN
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE
- 082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA
- 097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

- 114 FINANCIERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO
- 128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS
CAROLINA AKEMI NAKAHARA
- 142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA
- 156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK
BRÄULIO RODRIGUES
- 167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA
- 186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE
LUCAS LENIN DE ASSIS
- 199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO
- 214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR
- 230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY
MARINA BORGES
- 241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA
- 255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES
LETÍCIA CAMPANHA PIRES
- 266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALÝS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL
FRANCIS ALÝS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH
YURI TARACIUK
- 279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE
CEZAR PRADO
- 290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

- 305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA
- 319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART
JOÃO PAULO DE FREITAS
- 329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS
- 352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES
- 370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE
JAQUELINE CUNHA
- 383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY
SAMIRA PROÊZA

PROJETO

- 401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE
- 417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

A LINHA VERDE DE FRANCIS ALÝS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL **FRANCIS ALÝS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH**

YURI TARACIUK

Yuri Taraciuk é Mestre em Planejamento Urbano e Regional e Bacharel em Moda. Sua pesquisa explora as relações entre arte, moda e cidade, com foco na análise de discursos normativos, na produção de subjetividades e em práticas de resistência. yuritaraciuk@outlook.com

<http://lattes.cnpq.br/5629150956346234>

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Taraciuk, Y. (2025). A linha verde de Francis Alýs: imperialismo e os limites do Sul Global. *VIRUS*, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 266-278
<https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.239018>

Resumo

Este artigo discute os conceitos de *Estados imperialistas, colônias e semicolônias* a partir de Vladimir Lenin e de *estratégia e tática*, apresentados por Michel de Certeau, pensando os limites e atualidades dessas ideias para a análise das relações de poder contemporâneas. Para isso, o estudo utiliza uma abordagem crítica e interpretativa, articulando a leitura de textos teóricos, a performance artística *The Green Line*, do artista Francis Alÿs, e o contexto do conflito Israel-Palestina. Essa abordagem responde ao objetivo deste artigo, isto é, definir os conceitos apresentados e problematizar a concepção de Norte e Sul Global, considerada aqui como insuficiente para a compreensão das formas de dominação e resistência no contexto capitalista/imperialista. Em consonância com o tema desta edição da revista VIRUS, Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações, esse tensionamento das noções de estratégia, tática e imperialismo, em conexão com o campo da arte e com a história, busca demonstrar a relevância desses conceitos para a análise do funcionamento dessas relações de poder em suas diferentes dimensões, ao mesmo tempo que explicitam o caráter colonial e imperialista que ainda as sustentam.

Palavras-Chave: Imperialismo, Estratégia, Tática, Sul Global, Francis Alÿs.

267

1 Introdução

Um cenário amarelo-alaranjado cobre o olhar e, sobre ele, uma profusão de linhas se movimentam partindo de algum lugar e indo não se sabe para onde. Em meio a esse emaranhado, uma linha se destaca. Delineada em um traço mais espesso, essa linha corta o papel alaranjado de maneira irregular, como se ela seguisse uma lógica desconhecida por aqueles que a veem. À primeira vista, imagina-se que a lógica da linha siga aquilo que o papel, um mapa, não revela, isto é, o território intraduzível em traços. Mas, na terra, a lógica da linha se faz ainda mais arbitrária do que no mapa, pois nela recaem os absurdos das estratégias que tentam delimitar um espaço próprio em um solo repleto de vida e história. Foram esses absurdos que o artista belga Francis Alÿs¹ retratou com cinquenta e oito litros de tinta e uma caminhada de vinte e quatro quilômetros, recriando a Linha Verde desenhada pouco mais de cinco décadas antes pelo comandante militar israelense Moshe Dayan, na ocasião do armistício israelo-árabe de 1949, para delimitar as fronteiras entre Israel e a Palestina (Alÿs & Devaux, 2004). Contudo, tal recriação pode também ser lida como uma criação de fato, uma vez que a fronteira nunca foi respeitada por Israel, que em repetidas ocasiões invadiu o território palestino (Said, 2012). Ao mesmo tempo que não reconhece a linha, Israel a mantém viva como um instrumento de controle na forma de muros, guaritas e *checkpoints* irrelevantes para os israelenses, mas onipresentes no cotidiano palestino.

Essa dualidade de uma linha simultaneamente presente e ausente pode ser lida no título duplo da performance de Alÿs: *Sometimes doing something poetic can become political and sometimes doing something political can become poetic* (Às vezes fazer algo poético pode se tornar político e às vezes fazer algo político pode se tornar poético), também conhecida como *The Green Line*. Os desdobramentos desse título e da questão que Alÿs levanta por meio dele – como a arte pode permanecer politicamente relevante sem recair em ativismo? – não cabem a este artigo². Neste texto, a intenção é pensar como um ato pode simultaneamente deslizar entre o gesto de traçar uma linha e a ação de circunscrever um espaço próprio de saber-poder, e ainda como ambos os polos desse ato se pressupõem e se excluem. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que a delimitação de um espaço próprio de onde se administra uma exterioridade, desde um território até uma forma de ser e saber, convive e depende do seu contrário: a prática que joga com aquilo que lhe é imposto e que ocupa a posição de um Outro. A título de conceituação, é possível denominar o primeiro ato como *estratégia* e o segundo como *tática* (Certeau, 2014), e são esses conceitos, articulados com a concepção de imperialismo proposta por Vladimir Lenin

¹ Francis Alÿs (1959-) é um artista belga radicado no México cujo trabalho interdisciplinar costuma abordar temas relacionados a conflitos urbanos e geopolíticos, traçando diálogos entre diferentes partes do mundo por meio de aproximações e diferenças.

² Para isso, remete-se ao texto *Aesthetics and the Political: an essay on Francis Alÿs's 'Green Line'*, de Fisher (2011).

(2008) e ampliada por Edward Said (2011), que serão discutidos neste artigo, que se colocou a pensar os limites e as atualidades dessas ideias para a análise das relações de dominação e resistência contemporâneas.

Para desenvolver essa discussão, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e interpretativa, orientada pela leitura crítica de textos teóricos e da performance artística mencionada. O procedimento metodológico se baseou em um diálogo entre contribuições pós-estruturalistas e marxistas, em articulação com a leitura do trabalho de Alÿs, que serviu como um disparador conceitual. A reflexão se desenrolou a partir de elementos observados na performance, prosseguindo pela definição dos conceitos apresentados e sua análise em face do contexto histórico do conflito Israel-Palestina. Esse procedimento metodológico foi inspirado em concepções foucaultianas de crítica como prática de pensamento, como um exercício que dispensa modelos e que se dá por meio da problematização dos discursos, compreendendo-os como práticas constitutivas da realidade, que possibilitam e delimitam as formas de conhecer e falar sobre as coisas (Foucault, 2005, 2017). Nesse caso, a articulação entre a teoria, a performance artística e o caso empírico do conflito possibilitou uma revisão de perspectivas teóricas atuais, com base na problematização de concepções que reduzem relações históricas e sociais complexas em oposições simples, que não apresentam contribuições substanciais para o debate em que elas se inserem.

O artigo questiona, portanto, a aparente dicotomia entre os termos estratégia e tática, bem como as diferentes formas de divisões geopolíticas formuladas ao longo do século XX, em especial a noção de Norte-Sul Global. Contrapondo essa concepção com a definição de imperialismo apresentada aqui e aprofundando as noções de estratégia e tática para demonstrar como ambas não se reduzem a um mero binarismo, o artigo argumenta a favor da pertinência do pensamento de Michel de Certeau (2014) e Lenin (2008) como instrumentos conceituais para uma compreensão aprofundada do imperialismo e de outras modalidades de relações de poder. Essa discussão funciona como uma defesa de uma postura crítica em prol de perspectivas teóricas que sejam capazes de pensar o caráter estrutural das formas de dominação no capitalismo imperialista. Por meio desses objetivos, o artigo reflete os temas da presente edição da revista VIRUS – Diálogos Multilaterais: Práxis, Interlocuções e Confrontações – sob uma perspectiva que busca apresentar as fragilidades da noção de Norte-Sul Global, questionar binarismos e propor, ao final, formas de apropriação de saberes formulados em países imperialistas para pensar as realidades coloniais e semicoloniais. Neste sentido, a utilização de uma performance artística como lócus da discussão possibilita o desenvolvimento de uma reflexão que expõe a potência da arte enquanto meio de produção de conhecimento e de diálogos entre saberes dispersos no tempo e no espaço.

268

É necessário mencionar também que este artigo não aborda diretamente os acontecimentos mais recentes do conflito em Gaza e na Cisjordânia. Desde o dia 7 de outubro de 2023, Israel empreende uma brutal investida contra a Palestina em decorrência de ataques do Hamas, culminando, em pouco mais de um ano, naquilo que só pode ser descrito como um genocídio: mais de 60 mil palestinos mortos, sendo a maioria crianças, mulheres e idosos, e mais dezenas de milhares de feridos e desalojados. A escolha de não abordar o tema se deu tanto por questões de coerência textual, ou seja, focar na discussão dos temas propostos, quanto por uma questão de sensibilidade diante de tal evento, que não deve ser reduzido em poucas linhas de um artigo que não o tomará como o fundamento de uma reflexão específica. Vale dizer que essa escolha não elimina o fato de que este texto foi escrito em um contexto de incerteza sobre o futuro da Palestina e dos palestinos, e foi pensando nisso que uma das defesas feitas aqui é por teorias e conceitos que explicitam o caráter colonial da violência perpetrada por potências capitalistas sobre outras nações. Embora ínfima em face dos eventos citados, essa defesa é uma tentativa de efetuar um gesto político que busca na reflexão crítica os meios para pensar o presente que nos constitui e outros que podemos vir a construir.

2 A linha: estratégia

Antes da tinta existe a lata perfurada na terra. O som do metal na areia é acompanhado pelos passos sobre as pedras e sobre o asfalto, e é em meio a esses ruídos que a tinta silenciosa corre trançando a sua fina linha. Quem vê esse fio de poucos milímetros não imagina que a Linha Verde, que definia as fronteiras da Faixa de Gaza e da Cisjordânia com Israel até a Guerra dos seis dias, em 1967, retratada na Figura 1, se referia a um desenho feito com caneta sobre um mapa em escala 1:20.000, que, na prática, significava um território inclassificado com cerca de sessenta metros de largura e centenas de quilômetros de comprimento (Alÿs & Devaux, 2004). Mas esse status ambíguo do território durou pouco. No momento que o desenho do mapa se traduziu sobre a terra, não foram os palestinos que tiveram o direito de terem a sua leitura considerada, afinal, eles eram considerados habitantes do Oriente, esse lugar mítico inventado pela Europa e governado

pela *selvageria* e *ignorância* (Said, 2007, 2012). Nessa terra vista como desocupada, o imperialismo europeu e sionista traçou as suas estratégias de apropriação de um território estrangeiro sob o pretexto de transformá-lo de acordo com os princípios da civilidade ocidental.



269

Fig. 1: Fronteiras da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Israel pré-1967. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/two-state-solution>. Acesso em 20/10/2025.

Utilizado nesse contexto, o termo *estratégia* remete a uma ação que “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (Certeau, 2014, p. 93). O *próprio* é o resultado da circunscrição de um lugar de poder, de um lugar teórico e de um lugar físico em que essas forças se distribuem e se combinam; é um espaço de onde se distingue e administra um querer, que delimita os objetos a se conhecer e as formas de conhecê-los; que estipula os modelos de organização e os limites do fazer. As estratégias articulam a força militar, política e científica sob o privilégio da espacialidade capaz de tornar cada elemento uma unidade a ser organizada em um conjunto. Mais do que simplesmente transformar as incertezas em espaços legíveis, as estratégias produzem um tipo de saber específico, voltado para a sua autossustentação enquanto forma de poder. Ou seja, seu funcionamento não se baseia em pressupostos morais – apesar das pessoas que as utilizam serem atravessadas por eles –, mas, enquanto cálculo de relação de forças, seu objetivo é a estabilidade de seu próprio ambiente (Certeau, 2014). Portanto, afirmar que o Estado de Israel e o imperialismo europeu realizam uma operação estratégica sobre a Palestina significa dizer que eles postulam um lugar de poder teórico e físico – uma posição social, política, econômica e militar de controle; a constituição de discursos legitimadores e a definição de um território de ação – de modo a expandir e assegurar um domínio colonial sobre a região.

Para colocar em prática essa operação, Israel fragmenta o território palestino, expande a sua área territorial por meio de assentamentos ilegais financiados pelo governo e habitados por apoiadores do projeto sionista, utiliza tecnologia de última geração para controlar o espaço aéreo e a terra, emprega técnicas de terra arrasada para destruir a infraestrutura urbana, bem como produz medidas judiciais, econômicas e de desestabilização política para minar os direitos palestinos e seus meios de subsistência (Mbembe, 2018; Sacco, 2021). Além disso, o próprio sionismo funciona como uma estratégia de delimitação de uma identidade dita legítima e, portanto, dona da terra em face dos árabes-palestinos, considerados incivilizados. É importante ressaltar que o sionismo não se refere a um elemento de uma (irreal) identidade judaica homogênea, mas a um movimento político que, mesmo tendo surgido em uma época de extremo antisemitismo, também coincidiu com o auge do imperialismo e com a profusão de discursos orientalistas. Diante desse contexto, o sionismo se vinculou a um projeto colonial, inicialmente europeu e depois estadunidense, compreendido como uma missão civilizatória, cujos objetivos seriam, por um lado, levar os ideais de liberdade, conhecimento e progresso para uma região tida como despótica, tomada pela suposta ignorância de nativos, e, por outro lado, expandir a influência e o domínio político-econômico europeu/estadunidense na região (Said, 2012)³.

Tendo em vista esse cenário, cabe destrinchar o significado da expressão *interesses coloniais e imperialistas*. Mesmo sendo termos relativamente comuns, o uso deles frequentemente restringe-se a compreensões amplas e, por vezes, genéricas, tais como a designação do imperialismo como “a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante” e a do colonialismo como a “implantação de colônias em territórios distantes” (Said, 2011, p. 42). Apesar de não estarem incorretas, essas definições pouco explicam o que seria o imperialismo e como ele opera. Sendo assim, é possível dar contornos mais precisos a esse conceito através de cinco traços que, embora também breves devido à insuficiência de caracterizações do tipo, aprofundam a compreensão do processo de formação e funcionamento do imperialismo. Esses cinco traços são:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira;
3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2008, p. 88).

270

O imperialismo se refere àquilo que seria a fase avançada do capitalismo, isto é, a sua fase monopolista, a sua fase atual. Seu surgimento resulta de uma continuação das características gerais do capitalismo, em que a livre concorrência engendra a emergência de monopólios que partilham o mundo tanto em sua dimensão territorial, quanto através de associações internacionais centralizadoras de capital, que, nesse estágio, se encontra em plena fusão do capital financeiro com o capital industrial, e que o exportam para qualquer lugar do mundo sob a fachada da *livre-troca* (Lenin, 2008). Cabe ressaltar que esses traços não excluem o fato de o imperialismo também se configurar como uma filosofia política que visa conquistar e se legitimar através do domínio cultural e epistemológico. Quando se fala em uma partilha do território por parte das potências capitalistas, é preciso pensá-la não apenas em sentido geográfico, mas também no sentido discursivo, ou seja, como um modo de compreender a terra, de definir quem a possui e sobre como ela deve ser trabalhada e explorada (Said, 2011). O capital, desde suas primeiras conceituações (Marx, 2011)⁴, se refere não apenas a uma dimensão econômica da vida social, mas a um conjunto de relações que determinam também as formas de subjetivação dos indivíduos e de narrar o mundo, e é nesse sentido que o imperialismo precisa ser lido. A partir daí é possível observar como as estratégias são

³ Apontar conexões entre certas ideias sionistas e o imperialismo europeu – explícitas em alguns textos de Theodor Herzl (1960, p. 80), fundador do sionismo moderno – não significa dizer que o sionismo faz parte de um projeto de dominação global arquitetado por *elites ocultas*, argumento da conspiração nazista do *judeu internacional*. Ao contrário, essa afirmação indica como essas ideias surgiram em um determinado contexto histórico que as influenciou direta e indiretamente, e como elas foram instrumentalizadas em favor de projetos políticos coloniais europeus. Vale sempre lembrar que a crítica ao Estado de Israel não deve cair em antisemitismo.

⁴ “Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores” (Marx, 2011, posição 862).

uma forma de poder que, ao mesmo tempo, são operadas pelas potências capitalistas em suas colônias e definem o próprio funcionamento do imperialismo. A ocupação colonial se configura como um gesto estratégico que instaura novas relações espaciais, determinando fronteiras, regimes de propriedade e produção, configurações políticas e sociais, classificação de sujeitos e a instauração de imaginários culturais (Mbembe, 2018).

Contudo, as relações imperialistas nem sempre possuem traços tão aparentes, o que pode gerar a impressão de que a perspectiva apresentada aqui não seria capaz de explicar as atuais configurações de poder. O problema com essa ideia é que ela não passa de uma *impressão*, pois o controle imperialista sempre assumiu formas variadas, como no caso de países que dispõem de relativa independência política, econômica e social, mas que, devido a um conjunto de relações de dependência de diferentes espécies, se tornam, em certa medida, subordinados aos mandos e desmandos de Estados imperialistas. Esses países que representam uma forma intermediária de subordinação colonial, como é o exemplo do Brasil, podem ser designados pelo termo *semicolônias* (Lenin, 2008), que indica uma atualidade ainda latente nessa teoria. Com base nessas ideias, é possível justificar o uso dos conceitos de *Estados imperialistas*, *semicolônias* e *colônias* no contexto do capitalismo avançado por três motivos: 1) ele permite um maior grau de precisão analítica, uma vez que a categorização parte de pressupostos empíricos; 2) ele oferece flexibilidade interpretativa, pois a posição de um determinado Estado pode variar de acordo com a relação analisada (apesar de haver limites ligados à presença dos cinco traços citados); e 3) ele caracteriza de maneira explícita o regime de dominação das relações capitalistas/imperialistas contemporâneas.

Em meio a esses motivos, reside uma crítica a outras formas de categorizações geopolíticas que circularam, ou ainda circulam, em meios acadêmicos e políticos, e que buscam dividir o mundo em blocos homogeneizantes. Na genealogia dessas formas de categorização, é possível destacar o já mencionado Orientalismo (Said, 2007), que dividia o mundo entre o Ocidente e o Oriente; a ideia de Primeiro, Segundo e Terceiro mundo (Sauvy, 1986), que perdeu força com a dissolução da União Soviética – que compunha o chamado Segundo mundo –, mas cujo cerne foi preservado na concepção ainda vigente de países Desenvolvidos, Emergentes e Subdesenvolvidos, que, no geral, utiliza como critérios de classificação fatores como o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além dessas três, é preciso citar também a distinção entre Norte e Sul Global, concebida em 1980 com o relatório *North-South: A program for survival*, também conhecido como Relatório Brandt, em referência ao ex-chanceler alemão Willy Brandt, que chefiou o estudo a pedido do Banco Mundial. Em resumo, os países do Norte foram classificados como industrializados e os do Sul como em desenvolvimento e, mesmo admitindo se tratar de uma divisão simplista, o relatório apresentou um mapa que permanece inalterado quando se trata dessa concepção, no qual coloca-se a Austrália e a Nova Zelândia como países do Norte e a China ao Sul. No que tange ao conteúdo do documento, seu objetivo era mapear uma série de problemas sociais presentes nos países do Sul e propor soluções. Ainda que preocupado em atender as necessidades básicas desses países, o texto reproduz uma postura de superioridade moral, política e econômica dos países do Norte, fazendo com que as soluções sugeridas não toquem no caráter estrutural do sistema político-econômico, que condiciona os países do chamado Sul à posição de dependência em relação ao Norte (Brandt, 1980).

271

Apesar do histórico, a divisão Norte-Sul ganhou adeptos nas últimas décadas, especialmente entre correntes de pensamento pós-coloniais e descoloniais. Para citar apenas uma referência com grande repercussão na popularização dessa concepção, é possível mencionar o livro *Epistemologias do Sul*, mais especificamente o texto de Boaventura de Sousa Santos (2013) intitulado *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Nele, o autor apresenta uma divisão de Norte e Sul idêntica à do Relatório Brandt, destacando que o Sul se refere a um conjunto de países que foram submetidos ao colonialismo europeu e que no interior dos países do Norte certas classes e grupos também foram sujeitos a uma dominação semelhante, mas com o acréscimo da ideia de que a dominação colonial também se constitui como uma dominação epistemológica (Santos, 2013). Entretanto, conforme destacado anteriormente, desde Lenin (2008), passando também por autores como Frantz Fanon (1968) e Said (2007), o imperialismo e o colonialismo são compreendidos como formas de dominação epistemológica que impuseram regimes de saber-poder e de subjetivação, que apagaram as epistemes nativas e produziram estruturas de dominação capazes de se autossustentarem não apenas pela coerção direta, mas através do consentimento.

Mesmo assumindo que essa aparente atualização teórica apresentada pela concepção de Norte-Sul Global tenha o mérito de destacar a dimensão de violência epistemológica presente no colonialismo – e o termo *aparente* se refere ao fato de que essas ideias já estavam pressupostas, ou mesmo explícitas, em autores anteriores –, ela possui o problema de

desconsiderar a presença e a importância dos outros fatores que constituem e movem essa violência, como o funcionamento do capital em si. Mais do que isso, essa concepção insiste em um gesto – bem-intencionado, mas intenções não importam nesse caso – de dividir o mundo com uma linha imaginária, criando dois blocos que pouco explicam a realidade que se faz ver para além dos mapas. Assim como o gesto de Alÿs traçou curvas invisíveis que cortaram desertos e cidades, as linhas de divisões geopolíticas também desenharam mapas com divisas que, diferentes da tinta muda, falam sobre os poderes que dão forma ao mundo sob certas condições e com determinados objetivos. Mas essas linhas se assentam sobre terrenos irregulares, onde a tinta se move e as divisões simplistas são borradas. Sob a sola dos sapatos que caminham na areia, o espaço próprio das estratégias imperialistas é questionado, e nas marcas deixadas por esses passos se vê o movimento de tensão que se contrapõe e ao mesmo tempo constitui as estratégias. Esse é o movimento das táticas.

3 O caminhar: tática

O caminhar prossegue e, com ele, a tinta segue a sua rota estranha em meio aos prédios, tornando a sala e o quintal de uma mesma casa em dois países distintos. O silêncio se contrapõe aos passos e a ambiguidade diante de um ato aparentemente simples – caminhar com uma lata pingando tinta – se faz ver. É nesse ser ambíguo que os sentidos deslizam, levando a linha a uma simplificação que reduz a complexidade do contexto histórico e social da região a uma caricatura do absurdo que sustenta o poder colonial, ou então sugerindo uma visão alternativa de fronteira, onde os muros dão lugar à impermanência líquida da tinta, ou mesmo a essas duas coisas ao mesmo tempo (Figura 2). Talvez, quem sabe, nenhuma delas, como se a inconstância dos passos e da tinta não permitisse definições claras. Em meio a essa inconstância o caminhar prossegue, e ao atualizar a ordem espacial que estipula por onde é permitido circular, ele também a perturba com variações e deslocamentos, fazendo com que o traçado gráfico seja borrado pelo movimento dos corpos.



272

Fig. 2: Cena de *The Green Line* (2004), de Francis Alÿs. Disponível em: <https://francisalys.com/the-green-line/>. Acesso em 20/10/2025.

No interior dos espaços definidos por cálculos estrangeiros, os interstícios emergem como vazios à espera de serem preenchidos, pontos cegos a serem iluminados, erros a serem corrigidos. No processo de correção desses erros, que muitas vezes são executados por meio de estratégias, outras fissuras são criadas, ferindo a ordem da pretensa estabilidade de um ambiente próprio. Esse outro cálculo que opera pela ausência de um próprio, pela ação fragmentária que joga com o terreno que lhe é imposto, pode ser chamado de *tática*. Sem uma base para capitalizar seus ganhos, para assegurar a sua autonomia, para gerar distâncias, para estabelecer fronteiras e se expandir; a tática precisa aproveitar as ocasiões em atos que funcionam pela singularidade de um golpe, ela precisa se mover pelo campo de visão adversário como se todo momento fosse novo em face das reconfigurações estratégicas. Enquanto as estratégias postulam uma “vitória do lugar sobre o tempo” (Certeau, 2014, p. 45), as táticas indicam uma utilização do tempo ao seu favor, elas remetem “às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre movimentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc.” (Certeau, 2014, p. 96).

Diante das estratégias utilizadas por Israel para dominar a Palestina, a realidade é que os seus habitantes e a ideia de um Estado independente seguem vivas, mesmo sob a indescritível devastação física e simbólica. Ainda que hoje a Palestina não exista para além da reminiscência de uma vontade popular (Said, 2012), a persistência dessa imagem demonstra como todo projeto de colonização produz também resistências de diferentes tipos, pois a invasão imperial não se configura como o simples encontro de uma força dominante estrangeira com um nativo inerte, mas como uma colisão entre duas potências com forças desiguais. A persistência de uma experiência palestina, notável em âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos revela como a presença palestina configura em si mesma uma tática diante das estratégias do Estado israelense de reinterpretar a história da região e de dominá-la de maneira direta. Nesse sentido, o ato de chamar a região de Palestina já designa uma forma de resistência, pois remete ao reconhecimento de um Outro que é constantemente ignorado e apagado, a uma afirmação dos limites que as estratégias tentam, mas não conseguem superar (Said, 2011, 2012).

273

As transgressões que se lançam na direção das incertezas que residem para além dos espaços próprios, as contracondutas que recusam um determinado modo de guiar a vida, ou simplesmente a revolta que se insurge contra tudo aquilo que tenta calá-la – todas essas são formas assumidas pelo gesto tático (Foucault, 2009, 2014, 2023). A guerrilha urbana, as construções sem autorização, a sabotagem de equipamentos eletrônicos, a sonegação de impostos, a abertura de rotas escondidas, o contrabando de mercadorias e informações, as marchas de protestos... – nenhuma dessas ações possui a força de incapacitar um *bulldozer* blindado, muito menos de derrubar um regime imperialista. Porém, elas servem para que os palestinos ganhem algum tempo para as suas vidas nos breves dias sob um teto improvisado para chamar de seu, nas caminhadas até a casa de um conhecido, no encontro de uma roupa ou de um brinquedo a mais; pequenos momentos de paz em um espaço governado pela guerra (Sacco, 2021; Weizman, 2012). Considerando a contextualidade das táticas, é possível dizer que no caso palestino a prática do *sumud*, mais ou menos traduzido como “firmeza”, articula um conjunto de práticas de resistência diversas – como se negar a responder em interrogatório, ter sobrevivido a várias ofensivas militares e prisões, atravessar os *checkpoints* todos os dias, construir uma microeconomia etc. – e as reinterpreta como elementos de uma subjetividade comum em face da violência colonial (Meari, 2014).

E é no deslocamento desses exemplos que se revela um espaço intersticial entre as estratégias e as táticas, trazendo à tona perguntas como: qual a linha que delimita a prática do *sumud* como uma tática de resistência e não uma estratégia que define uma identidade palestina própria em contraposição a um Outro? Na colisão entre as potências imperialistas e as culturas nativas, quais os limites entre o espaço próprio e o exterior? Ou, ainda, como esses conceitos de imperialismo, colonialismo, estratégias e táticas operam nos casos em que as posições dos agentes não são – aparentemente – tão bem definidas como no conflito entre Israel e a Palestina. Depois desse breve desvio pela ideia de tática, cabe agora questionar a estabilidade das linhas que definem esses conceitos. E se a *Linha Verde* de Alýs ao mesmo tempo une e separa diferentes dimensões de tempo e espaço, talvez a trajetória dessa questão também se mova no sentido daquilo que distorce esses limites.

Um senhor e um menino caminham lado a lado no centro de Jerusalém quando são entrecortados por um homem e seu rastro de tinta verde. O senhor e o menino, vestidos com o tradicional traje usado por judeus ortodoxos, encaram de maneira incrédula a linha e o homem que se distancia. O menino, talvez com maior curiosidade, olha para trás e percebe a câmera que os filma, mas é o senhor que toma a iniciativa de dar um passo sobre o absurdo e ignorar a divisão (Figura 3). O homem com a lata de tinta segue a sua caminhada até cruzar um *checkpoint* israelense, que ele atravessa sem maiores dificuldades, encerrando a performance de *The Green Line*. No entanto, o trabalho de Alÿs não se encerra quando o vídeo acaba, na realidade ele se estende no tempo, se ligando ao passado da obra original realizada em São Paulo no ano de 1995 – *The Leak* – reencenada em Jerusalém, e o futuro, em que os comentários de historiadores, antropólogos, arquitetos, jornalistas e ativistas revelam as forças e os limites de sua performance (Alÿs & Devaux, 2004). É nessa tensão que articula diferentes contextos históricos, sociais e interpretações que a obra extravasa as fronteiras da questão Palestina, vinculando-a a uma realidade que não se encerra em definições centradas em dicotomias simples e estáveis, como aquelas que foram apresentadas aqui nos conceitos de *estratégia* e *tática*, ou mesmo de países imperialistas e colônias/semitocolônias.



274

Fig. 3: Cena de *The Green Line* (2004), de Francis Alÿs. Disponível em: <https://francisalys.com/the-green-line/>. Acesso em 20/10/2025.

A redução desses conceitos a meras dicotomias ignora a contribuição teórica mais ampla que eles carregam e as suas implicações enquanto termos operacionais. É preciso destacar que tanto Certeau (2014), com a sua concepção de estratégias e táticas, quanto Lenin (2008), com a sua definição de imperialismo, frisam a formalidade desses conceitos e os modos como as teorias tendem a simplificar a realidade. Na prática, fora de casos exemplares, como é o conflito Israel-Palestina, em geral a constatação dos elementos que compõem esses conceitos costuma ser mais difícil, pois no cotidiano os limites entre eles tendem a se confundir. Há ainda o fato de que essas ideias buscam descrever relações de poder que não se estruturam em instâncias fixas de dominante e dominado, mas em tramas de interdependências dinâmicas, por onde se distribuem as forças de controle e resistência em suas diversas formas possíveis. Em geral, esses conceitos continuam sendo aquilo que esses antigos autores haviam proposto, isto é, categorias operacionais, por vezes até mesmo iniciais, para a compreensão de realidades que não podem ser explicadas sem alguma dose de simplificação, e é isso que permite evidenciar a flexibilidade e a atualidade dessas ideias.

A base para uma reescrita desses conceitos, não para negá-los ou reinventá-los, mas para reafirmar aquilo que já era pressuposto por eles, reside na própria dinâmica que os constitui. Ao definir um lugar, um saber e um sujeito próprios, a estratégia o faz a partir de um Outro que garante o valor dessa identidade, o que significa que ambos os termos – estratégia e tática – não apenas trocam de posições entre si a depender do contexto, mas também podem apresentar reversões e trocas na mesma situação. Esse movimento de reversibilidade explica como as táticas também podem empregar estratégias para diferenciar elementos em suas dinâmicas internas, como no caso daquilo que escaparia de determinada noção de *identidade palestina*, ou ainda, em outros contextos sociais, como em movimentos contraculturais ou de resistência política que reproduzem, de maneira direta ou velada, preconceitos da mesma ordem que se critica (Taraciuk, 2025)⁵. Essa aparente contradição não nega o caráter de resistência proposto pelas táticas, assim como a maleabilidade e a reversibilidade das estratégias não desfazem o seu caráter distinto, pelo contrário, ela indica que esses conceitos possuem um certo grau de dinamismo que permite a análise de relações sociais para além de simples binarismos. Se um termo pressupõe seu contrário, se as tecnologias e cálculos que salvam vidas também produzem a bomba atômica, se o mesmo agente que resiste também pode produzir opressões, isso revela que nenhuma posição é estável e que todas as fronteiras de um espaço próprio são transitórias. Ao invés de estratégias e táticas, o que se tem são *estratégias ⇌ táticas*⁶, em que a conjunção aditiva dá lugar a duas flechas que representam o caráter dinâmico dessa relação.

Essa reescrita possibilita uma leitura das relações de poder sob uma ótica que destaca a indistinção de limites bem definidos entre o interno e o externo. É nesse ponto que o tema do imperialismo retorna a essa discussão, pois a ênfase nessa indefinição indica como esses conceitos dialogam entre si e como eles ainda falam com precisão sobre o presente. No conflito entre Israel e a Palestina, é possível constatar como Israel opera simultaneamente como um país imperialista em suas relações com a Palestina e como uma colônia perante os Estados Unidos⁷. A depender do recorte de uma análise que utilize os termos propostos aqui, Israel ocupará a posição de potência imperialista, definida pelos cinco traços apresentados, que coloniza a Palestina por meio de uma série de estratégias de dominação, porém, em outro recorte, Israel aparecerá não como um Estado autônomo, mas na posição de uma colônia que serve como braço estadunidense para a preservação de seus interesses imperialistas na região. Apesar da dinamicidade, a definição de países imperialistas, semicolônias e colônias não possui o mesmo grau de mobilidade que a estratégia e a tática, pois as relações imperialistas se fundamentam em elementos concretos que definem as posições dos agentes nesse nexo. Mesmo que na correlação de forças entre dois países ditos semicolônias ou colônias um possua a vantagem, isso não implica que um deles passe a ser um Estado imperialista. Ainda assim, os traços que definem o imperialismo contribuem para um entendimento dessa correlação de forças em suas especificidades, sem que se caia na simples definição de um bloco coeso de países subalternos a uma ordem hegemônica também coesa.

275

É com base nessa reflexão que se torna possível constatar que, por vezes, aquilo que aparenta ser um avanço teórico mais se parece com um eufemismo que busca suavizar a realidade desagradável que o mundo revela. A substituição dos termos *colônia*, *semicolônia* e *Estados imperialistas* por *Sul* e *Norte Global*, em muitos casos, retira o foco do caráter imperialista que perfaz as relações entre Estados, culturas e povos na atualidade, além de não ser capaz de explicar a lógica que estrutura as relações de dominação no capitalismo avançado. É nesse sentido que este texto questiona as formas de significação dessas relações de dominação, ou seja, como elas são lidas, quem as leem, onde elas são lidas e os possíveis resultados dessas leituras. No cerne desta crítica está a compreensão de que o deslocamento de conceitos que expressam diretamente o caráter colonial da dominação dos países imperialistas para outros que o diluem em termos aparentemente neutros (e.g., “colônias” e “semicolônias” por “países do Sul Global”) não representa uma aproximação ou um afastamento

⁵ Também vale destacar que esses conceitos não implicam em um julgamento moral prévio do ato analisado. Assim como nem toda estratégia diz respeito a uma *ação condenável de controle* – afinal, elas são operações necessárias em diferentes ocasiões –, certas táticas de resistência podem muito bem configurar crimes terríveis.

⁶ Inicialmente, havia sido proposta a escrita *estratégia ↔ tática* (Taraciuk, 2025), porém, considerando que o símbolo (↔) pode sugerir uma falsa equivalência entre os termos, se optou pelo sinal (⇒) para indicar reversibilidade.

⁷ Apenas no período que compreende outubro de 2023 e setembro de 2024, os EUA destinaram mais de 17 bilhões de dólares para Israel (Bilmes et al., 2024), isso sem considerar a presença militar por meio de empresas privadas como a *Palantir* – dois fatores citados por Lenin (2008) ao definir o imperialismo.

em relação a uma suposta *verdade* sobre essas dinâmicas de poder, mas indica como essa dominação é (e como ela deixou de ser) percebida na atualidade⁸. E é em resposta a essas questões que surge a proposta de um resgate de conceitos supostamente antigos como tentativa de preservar o rigor necessário para esse tipo de análise, um rigor capaz de descrever o funcionamento dessas dinâmicas de acordo com as complexidades em que elas se apresentam.

A defesa que se faz aqui é por diálogos capazes de ampliarem os horizontes teóricos e estimularem a leitura crítica de concepções que, em muitos casos, repetem o que era pressuposto por conceitos anteriores sob o falso signo da *novidade*. Em vez da revisão e da atualização de outras ideias, o que essas *novas* elaborações produzem são nichos de teorias fechadas em si mesmas que não dialogam nem com a história em que elas estão inscritas e nem com o presente com o qual elas se relacionam. A multiplicação de perspectivas é algo positivo e deve ser estimulado, desde que se mantenha atenta ao modo como esse processo está ligado a uma lógica produtivista que fundamenta a construção de conhecimento nos dias de hoje, em que a quantidade e a suposta *novidade* valem mais que o rigor. Em tons mais poéticos, é possível dizer que essa lógica gera monumentos perdidos em um deserto que imobiliza a crítica diante de uma vastidão intransponível de conceitos, fazendo com que o único modo de percorrer essa aridez teórica seja a escolha da ideia mais recente do mesmo modo como se escolhe um produto em um mercado. Diante de tal deserto, a crítica, entendida como um movimento de releitura do passado e diagnóstico do presente, deve servir como o calçado que possibilita o caminhar por essas areias, onde a parcimônia, o rigor e a atenção se revelam como os instrumentos mais adequados para a análise da realidade.

Por fim, cabe resolver o principal objetivo deste artigo com a indicação de um gesto legitimamente tático e, por isso, também estratégico de apropriação de saberes produzidos nos países imperialistas. Tal apropriação se dá por meio de uma leitura que, nas distâncias e descaminhos de uma história formada por resistências, demonstra que certos conceitos e teorias desenvolvidos no seio dos impérios são *nossos*, isto é, dos habitantes dos países colonizados e semicolonizados. Ainda que escritas por mãos que nunca tocaram o solo das colônias, essas ideias falam delas mesmo quando não se dão conta disso, legando a *nós* o trabalho de desfazer essas fronteiras e reivindicar esses pensamentos. Toda teoria, conceito e autor que se colocou, em meio aos seus limites e problemas, a pensar de maneira crítica os diferentes modos de dominação exercidos por potências imperialistas e que conceberam formas de insubmissão a essas forças, pertence a *nós*. É no movimento estratégico ⇌ tático de uma tradição que se fecha em suas fronteiras como parte de uma determinada cultura, e nos inevitáveis movimentos de apropriação e transformação que distorcem e rompem essas mesmas fronteiras, que se constrói uma tradição *nossa*, uma tradição que caminha em direção à superação do seu próprio ser e pensar.

276

5 Considerações finais

Este artigo propôs um resgate dos conceitos de *Estados imperialistas*, *colônias* e *semicolônias* – sob a perspectiva de Lenin – e de *estratégia* e *tática* – conforme delineados por Certeau – para a análise de diferentes formas de relações de poder, seja em nível cotidiano ou mundial, na contemporaneidade, ou seja, no capitalismo avançado. A partir da performance artística intitulada *Sometimes doing something poetic can become political and sometimes doing something political can become poetic* (2004), também conhecida como *The Green Line*, do artista Francis Alÿs, o texto buscou definir os conceitos apresentados no contexto do conflito Israel-Palestina, demonstrando como esse acontecimento se configura como um exemplo de imperialismo e como ele engendra simultaneamente operações estratégicas e táticas por parte de seus agentes. Ao longo da discussão, o artigo buscou demonstrar a insuficiência da concepção de Norte-Sul Global para a compreensão dessas formas de poder e das complexidades que elas carregam, uma vez que elas funcionam hoje por meio de uma indistinção entre exterior e interior. Com isso, os conceitos discutidos foram tensionados de modo a romper com uma aparente dicotomia, revelando que eles não apenas já pressupunham as atualizações teóricas sugeridas pela concepção de Norte-Sul, mas que eles também possuem o mérito de: 1) encarar essas experiências de dominação e resistência nas múltiplas dimensões que as fazem funcionar (política, econômica, social, cultural, epistemológica etc.); 2) servirem para pensar a individualidade dos fatos ao mesmo tempo em que não perdem de vista o horizonte mais amplo que estrutura tais

⁸ Vale reconhecer que a noção de Sul Global pode servir como um título positivo de construção de uma identidade coletiva entre grupos de países colonizados e semicolonizados em contextos político-ativistas, mas isso não significa que ela possui o rigor necessário enquanto categoria analítica das relações de poder contemporâneas.

experiências; e 3) caracterizarem de maneira explícita a dinâmica imperialista e colonial que fundamenta as relações entre diferentes países no cenário global, mesmo no caso de nações aparentemente independentes, como o Brasil.

Ao fim, esses fatores respondem aos propósitos estipulados no início deste texto, que consistiam em expor as fragilidades da noção de Norte-Sul Global, questionar binarismos e apresentar formas de apropriação de saberes formulados em países imperialistas para pensar as realidades de países coloniais e semicolonais. Longe de representarem uma conclusão, essas respostas indicam precisamente o sentido do termo chave que fornece o título temático desta edição da revista V!RUS, isto é, elas são propostas de *diálogos*. É em virtude desse diálogo que o artigo encerra com a defesa de que o resgate de perspectivas teóricas supostamente *antigas* em detrimento de outras mais *novas* serve como exemplo de um gesto que coloca a análise crítica da história do nosso pensamento, especialmente em seus recantos hoje distantes e estrangeiros, na frente de supostas novidades. É através de uma leitura do passado baseada na atenção e na sensibilidade, como a de um arqueólogo que trabalha com cuidado sobre os registros da nossa história e que não tem por objetivo reinventar o antigo sob o signo do novo, que poderemos compreender aquilo que nos tornou o que somos hoje e imaginar aquilo que poderemos ser.

Referências

- Alÿs, F. & Devaux, J. (Diretores). (2004). *The Green Line* [Vídeo]. <https://francisalys.com/the-green-line/>
- Bilmes, L., Hartung, W., Semler, S. (2024). United States Spending on Israel's Military Operations and Related U.S. Operations in the Region, October 7, 2023-September 30, 2024. *Watson School of International and Public Affairs*. <https://watson.brown.edu/costsofwar/papers/2024/USspendingIsrael>
- Brandt, W. (1980). *North-South: A program for survival*. MIT Press.
- Certeau, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. (22a ed). Editora Vozes.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização brasileira.
- Fisher, T. (2011). Aesthetics and the Political: An essay on Francis Alÿs's "Green Line". *Cultural Critique*, 78(1), 1–26. <https://doi.org/10.1353/cul.2011.0012>
- Foucault, M. (2005). *A ordem do discurso*. (12a ed). Edições Loyola.
- Foucault, M. (2009). Prefácio à transgressão. Em M. Foucault, *Estética: Literatura e pintura, música e cinema* (2a ed, p. 28–46). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). É inútil revoltar-se? Em M. Foucault, *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política* (3a ed, p. 76–80). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2017). *O que é a crítica? Seguido de a cultura de si*. Texto e Grafia.
- Foucault, M. (2023). *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. (2a ed). Martins Fontes.
- Herzl, T. (1960). *The complete diaries of Theodor Herzl*. (H. Zohn, Trans.). Herzl Press and Thomas Yoseloff.
- Lenin, V. I. (2008). *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. (4a ed). Centauro.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Boitempo. E-book.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1 Edições.
- Meari, L. (2014). Sumud: A palestinian philosophy of confrontation in colonial prisons. *South Atlantic Quarterly*, 113(3), 547–578. <https://doi.org/10.1215/00382876-2692182>

- Sacco, J. (2021). *Palestina*. Veneta.
- Said, E. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Said, E. (2011). *Cultura e imperialismo*. Companhia das Letras.
- Said, E. (2012). *A questão da Palestina*. Editora Unesp.
- Santos, B. de S. (2013). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Em B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do sul* (p. 23–72). Cortez Editora.
- Sauvy, A. (1986). Trois mondes, une planète. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 12, (p. 81-83).
<https://doi.org/10.2307/3768593>
- Taraciuk, Y. R. (2025). *Letras e mãos sobre muros; ou, a paisagem pichada/pixada: Uma análise do discurso de criminalização da pichação/pixação*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/291676>
- Weizman, E. (2012). *Hollow Land: Israel's architecture of occupation*. Verso.